

PRIMEIRAS PÁGINAS (1878) E O MÉTODO CRÍTICO DE JOSÉ VERÍSSIMO

Alessandra Greyce Gaia Pamplona¹

RESUMO:

Este texto objetiva analisar o modelo de crítica elaborado no livro *Primeiras Páginas* (1878), de José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), por apresentar, em tom ensaístico, um projeto de juízo amplo sobre o Brasil oitocentista, baseado nas renovações de gosto da época. Para esse estudo, considera-se a apresentação da obra, seu esquema de configuração e sua inserção num contexto geral de produção de ideias sobre o nacionalismo brasileiro da década de 1870, bem como uma breve análise dos principais elementos constitutivos de cada parte do livro, tendo em vista sua interrelação para os desdobramentos considerados pontos-chave para a constituição de um arquétipo de crítica, isto é, entre os diferentes conteúdos e as distintas maneiras de tratá-los, quais deles foram selecionados e ou excluídos pelo escritor, a fim de se diferenciar de seus contemporâneos.

Palavras-chave: José Veríssimo, *Primeiras Páginas*, modelo de crítica.

1

Não obstante a formação de José Veríssimo estar relacionada ao contexto de ideias da geração de 1870, nota-se que tem havido um enquadramento da produção feita pelo escritor em Belém como sendo quase exclusivamente de ordem etnográfica, folclórica e raramente literária, considerada sob esse ponto de vista mais pelo fôlego destinado a determinados temas do que propriamente pela análise de esquemas de interpretação. Por meio da adoção de princípios científico-retóricos, observados, seja nos aspectos estritamente biológicos, seja nos de ordem literária, como o romance histórico em contraposição à poesia “sem ideia” e à análise biográfica, aqueles esquemas, entendidos como a maneira em que os juízos eram feitos, passam pela adoção do ensaio como um gênero que atende às expectativas de uma mentalidade ansiosa por diferenciar as abordagens sobre o Brasil.

Para um dos temas norteadores da obra *Primeiras Páginas*, de 1878, a mestiçagem, por exemplo, estabelecia-se um entendimento das cousas brasileiras baseado tanto na rigidez da abordagem científica quanto na linguagem retórico-romântica, contestada pelo autor. De um aspecto ao outro, observa-se que o cruzamento racial, por ser um dos fundamentos do livro, é experimentado em diferentes gêneros de compreensão: da narrativa de viagem à crítica literária, o estudioso paraense ratifica as diferentes representações que tinha de um mesmo tema.

A adoção do ensaio para apresentar a nacionalidade é, dessa maneira, o eixo norteador do projeto crítico exercido no *Primeiras Páginas*. Fruto de “Talento humilde [d]e [seus] estudos” (Veríssimo, 1878), o livro, impresso pela tipografia Guttemberg, em 1878, além de caracterizar o modo como o estudioso compreendia o fenômeno literário brasileiro, representa um perfil literário, cuja atitude crítica não deve ser encarada como um invólucro de impasses; ao contrário, há que se considerar que já pelo fato de ser uma reunião de artigos, aquele projeto de escritura de uma história da nacionalidade brasileira,

¹ Doutoranda em Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

se assim pudermos denominar, não apresenta uma perspectiva linear, uma vez que à concepção e à formatação de uma ideia vinham sempre associadas técnicas de contestação. Processo este que não será abandonado, inclusive na chamada fase de maturidade crítica².

2

Estruturado em três partes: “Viagens no Sertão”, “Quadros Paraenses” e “Estudos”, o *Primeiras Páginas* é uma coletânea de alguns artigos publicados originalmente em folhetim, que, ao contrário do que alguns estudiosos têm defendido, procura esquematizar a nacionalidade brasileira sob um ponto de vista não exclusivista, percebido, não somente pelas reedições³ de alguns textos ao longo da carreira do escritor, mas também pela maneira como os temas estão organizados no livro. Passemos, então, à breve apresentação de cada parte da obra para compreender melhor de que forma estavam assentados os conteúdos a respeito da nacionalidade brasileira, tendo em vista sempre o modo como o autor estruturou sua forma de conceber a crítica da cultura em sua primeira produção intelectual, por meio dos três capítulos referidos.

A primeira parte, “Viagens no Sertão”, é constituída de dois ensaios intitulados “Viagem a Monte Alegre” e “Do Pará a Óbidos”, publicados nos jornais diários da capital paraense.⁴ Apesar de os ensaios seguirem uma descrição pormenorizada da geografia, relevo, costumes e população das cidades do interior do Pará, como se percebe no relato *Viagem ao Brasil* (1866), de Louis Agassiz (1807-1873), diferenciam-se das narrativas desse naturalista suíço, na medida em que passam a adotar elementos de corografia na narração, principalmente os de Antônio Baena (1782-1850), que dedicou amplos trabalhos sobre aspectos econômicos e históricos do Pará, incluindo problemas relativos à instrução pública e a sua funcionalidade para o progresso da população. Mas o que importa ressaltar é que tanto o “Viagem a Monte Alegre” quanto o “Do Pará a Óbidos” possuem uma linha argumentativa pautada em duas ideias opostas, a de decadência e a de progresso, aliada não somente à “contemplanção das mais belas cousas” da natureza (Veríssimo, 1878, p. 14), como também à crítica de obras literárias.

Nesses textos, a imagem de indolência é sobreposta pela do progresso e vice-versa, o artifício que as conduz – as ciências naturais – não é o único utilizado quando se trata de

² Em trabalho sobre a importância de José Veríssimo para a formatação do que viria a ser no século XX a disciplina Teoria da Literatura, Roberto Acízelo de Souza, analisando dois textos do crítico paraense, “A Crítica Literária” e o “Que é Literatura”, conclui que os “artifícios de invenção e composição” à época adotados por Veríssimo têm fundamento na retórica antiga, disciplina, conforme análise feita em texto anterior, contradita pelo próprio escritor desde, aliás, seus primeiros escritos: “A crítica, modelada ainda pelos estilos horacianos e quintilianescos (...)” (Veríssimo, 1878, p. 217).

³ Embora Veríssimo afirmasse que seu livro não apresentava nenhum valor, partes da obra foram reeditadas em estudos posteriores pelo próprio escritor. Exemplo disso é a edição de *Cenas da Vida Amazônica* (1886), cujo capítulo “Esboços” é composto pelos “Quadros Paraenses”, acrescido de outras quatro narrativas, além da reedição do ensaio “As Raças Cruzadas no Pará – sua linguagem, suas crenças e seus costumes”. Além dos textos referidos, José Veríssimo também reeditou, no livro *Estudos Brasileiros* (1889), o ensaio “A Literatura Brasileira – sua formação e destino (relance)”, adequando a linguagem e o conteúdo ao contexto histórico do momento da republicação. Assim, as alterações feitas em determinadas passagens do texto trazem à tona o elemento negro para a discussão sobre a composição do homem brasileiro, que, no texto de 1878, não havia sido tratado pelo autor, pois foi “(...) profundamente injusto com a raça negra, na qual t[inha] antepassados. Ela é por ventura superior à indígena e prestou ao Brasil relevantes serviços (...)” (Id., 1889, p. 10).

⁴ Os artigos que compõem o livro em questão foram publicados no *Liberal do Pará*, em 1877, quando José Veríssimo retornou do Rio de Janeiro, onde esteve desde 1869, estudando no Colégio Pedro II, Colégio Vitério e Escola Central.

descrever a natureza exuberante e/ou fazer apontamentos críticos sobre uma determinada obra literária. Ao tratar sobre o livro *Os Selvagens* (1875) ou lembrar-se de sua terra natal, o autor não deixa escapar adjetivos elogiosos a Francisco Gomes do Amorim, nem ao seu “berço natal”: “(...) o poeta do Amazonas, o dramaturgo do Cedro Vermelho” (Veríssimo, 1878, p. 29); “(...) o torrão do teu nascimento em ruínas, as árvores que te acolhiam (...)” (*Ibid.*, p. 53-54). O tom declamatório usado para caracterizar o romancista português e para aproximar o leitor de uma dor que deveras sentiu quando retornou da Corte mostra o quanto Veríssimo, em plena década da ciência, não se desvencilhava de sua formação retórica adquirida no Rio de Janeiro.

Como o ensino de retórica também pressupunha a formação de escritores, não é difícil de perceber em seus textos a concepção de si próprio para construir bases de compreensão sobre a nacionalidade brasileira. Por isso, ao lado dos quadros de decadência, como a ausência de tradições em Óbidos, ressalta a função do escritor para a formatação da sociedade, pois é sob a égide deste que se vê resplandecer a cultura e a consciência da nação: “Chego ao termo da tarefa que me impus, de alinhavar, com mão vacilante, este folhetim que a ilustrada redação do Liberal teve a bondade de acolher” (*Ibid.*, p. 60). O fio condutor de “Viagens no Sertão”, portanto, é construído sob uma base de “empréstimos” – ordenada retoricamente –, oriunda das ciências naturais e utilizada para questões de conteúdo empírico e ficcional, operacionalizando um esquema retórico-crítico, essencial para manter distanciamentos e aproximações do objeto.

“Quadros Paraenses”, diferentemente de “Viagens no Sertão”, apresenta uma descrição acerca dos costumes e hábitos amazônicos numa perspectiva ficcional. A linguagem construída nas seis narrativas distancia o leitor da realidade objetiva das narrativas de viagem, apesar de ambas as perspectivas não se apartarem no que se refere ao trato e aos conteúdos selecionados que compõem os quadros. São, como o próprio Veríssimo afirma, esboços, “ligeiras composições (...)”, pois não são mais do que isso e faltam-lhe as cores acentuadas (...)”, porque diz “acreditar que só há verdade no realismo (...)” (*Ibid.*, p. 230 – Notas).

Não obstante a ressalva de que as narrativas são fidedignas, pautadas em métodos precisos de análise e observação, a mitificação de temas como tradição, natureza, herói que não é Peri, mas que é herói, são resquícios das convenções que viviam esses intelectuais na passagem de uma cultura centralizada à liberal.

Por isso, é coerente apontar que a poética construída nos “Quadros Paraenses”, sem se esquivar da formatação clássica, está pautada na emergência de uma nova abordagem: a crítica à realidade. Não que esta não tenha sido um projeto coerentemente percorrido, mas se tornou autoexplicativo a ponto de, no caso de Veríssimo, ser visível a relação dos conteúdos tratados no primeiro capítulo da obra com os esboços da segunda parte. Assim, ao mostrar, por meio das narrativas “Indo para a Seringa” e “Voltando da Seringa”, a necessidade do trabalho livre proporcionado pelas lavouras de drogas no sertão, dialoga, por exemplo, com aquele observador-viajante que punha na extração da borracha uma das causas de degenerescência da população amazônica, isto é, funcionaliza na ficção, justamente o que para sua apreciação é um motivo de decadência.

Espera-se o progresso. Ele vem em forma de um discurso pedagógico que somente os escritores preocupados com a realidade podem trazer e de que José Veríssimo se utiliza: “A raça que morreu deixou a esta parte do Brasil muita cousa de seus costumes (...) mas se lhes deixou as poéticas lendas suas (...) é só por acaso ou com muito trabalho que se vem a conhecer” (*Ibid.*, p. 56). Dito de outra forma, à espécie de “pequena sociologia” (Barbosa, 1974, p. 32) que utiliza a ficção para construir um novo paradigma dos estudos literários oitocentistas alia-se uma estratégia essencial para a mudança de mentalidade

aquela época, a interferência do indivíduo no seu meio físico e intelectual a partir do julgamento dos critérios vigentes.

O terceiro capítulo, “Estudos”, é composto de dois ensaios de conteúdo diverso, “As Raças Cruzadas do Pará – Sua Linguagem, suas crenças e seus costumes (Introdução)” e “A Literatura Brasileira – sua formação e destino (Relance)”. Ao primeiro costuma-se associar a Etnografia e a Antropologia, uma vez que o próprio Veríssimo atrela àqueles estudos a reavaliação de nossa história a partir das raças cruzadas. Ao segundo, atribui-se como método o da Etnologia, porque, conforme o escritor, “(...) para se compreender perfeitamente o espírito de um povo é necessário estudar bem os diferentes elementos que o compõem (...)” (Veríssimo, 1878, p. 228).

O primeiro ensaio está pautado em um contra-argumento às produções feitas até aquele período sobre a nacionalidade brasileira, emergente nos estudos sobre os elementos que realmente compõem a nação e a partir dos quais se pode falar em história, língua e tradição do tipo brasileiro. Apoiado em Michelet⁵, Veríssimo questiona se os cruzamentos são eficientes ou não, apontando, com cautela metodológica, a origem, a situação atual e a solução para esse problema, a começar pela crítica feita aos cronistas e escritores brasileiros que trataram a situação quer desconsiderando, quer omitindo, quer falseando o caráter de tais populações.

A respeito da causa da situação de degenerescência, a Igreja e o Estado são mostrados como os principais responsáveis pelo declínio de uma cultura indígena outrora resplandecente. A esses exemplos aliam-se os da arte cerâmica, elegantemente trabalhada pelo índio puro; e deformada pelos tapuios e mamelucos, já de sangue misturado.

Para ratificar seu argumento, o autor critica a edição de 1876 da revista *O Novo Mundo* de exclusivista em relação à discussão sobre a raça, sendo taxativo ao asseverar que, antes da perseguição, o selvagem tinha um grau maior de civilização. Para ele, aquele órgão da imprensa, influenciado pelo livro *O Selvagem* (1876), de Couto de Magalhães, dizia que o contato entre os diferentes povos era criminoso e não operado nas leis do casamento, o que não estaria de todo equivocado, mas para sabê-lo deveria-se, primeiramente, estudar o meio de realização dos cruzamentos.

A fim de ratificar a necessidade do estudo pautado no meio, vários discursos são contestados ao longo do ensaio em relação à linguagem, às crenças e aos costumes. Assim, desmistificando a ideia do padre Cláudio d'Abbeville, em *História da Missão dos Padres Capuchinhos* (1874) e Hartt, em *On the Botocudos, na Geologia e Geografia física do Brasil* (1870), de que o indígena não tinha sequer a noção de Deus, Veríssimo chama a atenção para um problema de ordem conceitual e metodológico que vinha tendo consequências graves no modo como as raças cruzadas estavam sendo acolhidas pela civilização: encarado como um elemento sem crença em Deus, ao índio Tupi, ascendente dos tapuios e mamelucos, foi imposta a crença portuguesa da imortalidade da alma, sem qualquer compreensão de que entre os índios havia somente noções imprecisas sobre divindade, e as crenças que de forma parca existiam, foram exercidas de modo vago, sem cultos ou orações. Em linhas gerais, a partir das atuais leis científicas sustentadas no trabalho *As três Filosofias* (1874), de Luís Pereira Barreto (1840-1923), é feita a crítica ao posicionamento de Couto de Magalhães em acreditar na coexistência de deuses politeístas e fetichistas entre os mamelucos e tapuios. Para o paraense, considerando o estágio

⁵ Jules Michelet (1798-1874), historiador francês a quem geralmente se associa uma concepção de história baseada numa aversão aos princípios eclesiásticos. Conferir MELLO, M. E. C. de. **História da literatura:** um projeto romântico com respaldo cientificista. Banco de ensaios do site do Grupo de Trabalho em História da Literatura. Disponível em: http://www.pgletas.uerj.br/gthistoria/maria_mello.php. Acesso em: 12 fev. 2012.

teológico de desenvolvimento humano da teoria de Comte, as raças cruzadas estavam no período fetichista e não politeísta, como afirmava o romancista carioca.

O que aos nossos olhos parece uma querela entre intelectuais sobre a defesa de um ponto de vista, alia-se a um movimento geral de concorrência de ideias no país, que, à luz do progresso trazido pelas teses científicas, procuravam arrefecer a tutela de uma tradição escolástica, fomentada basicamente por um pensamento estatal e religioso.

A última parte do terceiro capítulo, “A Literatura Brasileira – sua formação e destino (relance)”, analisada isoladamente indica um propósito distinto dos textos anteriores, pelo fato de nela estar presente uma nítida preocupação com a história de nossa Literatura, uma vez que, até então, nos dois primeiros capítulos do livro, o autor havia se detido ao estudo e à ficcionalização das crenças transmitidas oralmente pelo povo. O que parece uma contradição, no entanto, é uma primeira resposta do estudioso às conclusões tiradas das observações empíricas. Não é possível tratar uma produção escrita na falta de tradição e de língua, porque “(...) Nascidos ontem de um povo civilizado e de uma raça, não temos nem tradições, nem língua; o que temos é tudo português, embora um pouco modificado pela influência do elemento indígena (...)” (Veríssimo, 1878, p. 216).

À constatação de que é a imitação um dos fatores preponderantes para nossa dependência cultural em relação a Portugal é atrelada uma perspectiva mais ampla de sustentação do discurso, a reavaliação da formação crítica brasileira, a qual, até o momento de sua escrita, vinha caracterizando nossa nacionalidade a partir da “velha metafísica constitucional”, da “retórica” e do “teologismo”, pois segundo Veríssimo:

A crítica, modelada ainda pelos estilos horacianos e quintilianescos, arrebicada, insciente, cheia de conveniências e adulações, que tem dominado sempre o nosso pequeno movimento literário, deve a nossa Literatura o vasar-se ainda hoje nos moldes acanhados das concepções sem ideias, (falamos da poesia) dos versos, aliás brilhantes, de um lirismo estafado e convencional, que só tem de notável a exuberância de formas sensuais, se assim podemos dizer, que lhe empresta o sangue do mestiço, a riqueza luxuriante da natureza e o sol do Equador. (Veríssimo, 1878, p. 217)

O fato é que, para o escritor, não somente a obra era importante para a caracterização do movimento intelectual, mas o juízo que dela se fazia. Assim, respaldado, principalmente, no critério de mestiçagem, anteriormente definido sob o ponto de vista etnográfico e ficcional, e feita a ressalva do estado lastimável em que se encontravam os estudos, Veríssimo inicia uma série de juízos sobre o papel da Literatura para a formação e caracterização da nacionalidade, em certos momentos parecido com o que Machado de Assis fez no “Instinto de Nacionalidade”, de 1873. Diferente deste, no entanto, o conceito de Literatura de José Veríssimo está centrado num caráter de raça e história, em Machado o tom estilístico é preterido, talvez por achar as questões emergentes, como a crítica, controversas demais.

Fica claro numa análise geral desse ensaio que dois critérios estão articulados de modo recíproco: a falta de originalidade de nossa sociedade, repercutidas nas obras literárias; e sua possível conscientização pela crítica. Assim, não é propriamente a Literatura que não tem originalidade, mas uma sociedade formada por elementos heterogêneos, muitas vezes desconsiderados pelos romancistas, que não procuraram entender a causa externa à qual deveriam estar vinculadas as peculiaridades brasileiras, cabendo à crítica iluminar.

Somente depois de esclarecida a necessidade de entendimento do espírito de nossa raça, isto é, nossa formação, cabe vincular à nacionalidade um destino, uma história. Esta última vista pelo autor como campo problemático, porque vinha sendo delimitada a partir de uma abordagem que não condizia com o verdadeiro estado atual da nação, pois tratava exclusivamente ou de temas indígenas ou de assuntos históricos e, tomados dessa maneira, segregavam o que, em verdade, apresentava novos hábitos, novos costumes e nova língua. A partir daí, o crítico aponta o romance histórico como um gênero que “(...) podia ser tentado, com grande vantagem nossa, pelos nossos literatos (...)” (Veríssimo, 1878, p. 227), devido a sua maleabilidade em pintar tanto fatos políticos quanto sociais, em resposta à tradicional poesia de tema subjetivo e o romance exclusivamente indianista.

A Literatura, nos termos do terceiro capítulo, era entendida, portanto, como uma instituição que deveria agregar-se aos estudos de Etnografia e História para cumprir o desígnio maior de “pelo estudo profundo do passado, levantar o espírito nacional (...) por uma forte reação contra o presente” (*Ibid.*, p. 216-217). Correspondendo, no campo político, ao modelo do liberalismo progressista⁶, e, no campo intelectual/cultural, à substituição da tradição escolástica, essa necessidade de diferenciação da nossa Literatura perpassava antes por um projeto ideológico, que, em maior ou menor grau, liga-se à formação dos Estados-Nação por uma vida indutiva, em cujo caráter ensaístico achava-se a seguinte particularidade: a conceptualização da atividade crítica a partir de diferentes ângulos de percepção, como juízo prescritivo, que, no final da década de 70, modelava-se mais por critérios propriamente sincrônicos de conceber a nacionalidade brasileira do que diacrônico, como encerra a *História da Literatura Brasileira* de 1916, onde se vê uma periodização explícita de nossa transformação literária e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGASSIZ, Louis & AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil** (1865-1866). Tradução e notas de Edgar Süsekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- BARBOSA, João Alexandre. **A tradição do impasse**; linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo. São Paulo, Ática, 1974.
- MELLO, M. E. C. de. **História da literatura**: um projeto romântico com respaldo cientificista. Banco de ensaios do site do Grupo de Trabalho em História da Literatura. Disponível em: http://www.pgletras.uerj.br/gthistoria/maria_mello.php.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. **José Veríssimo e a Teoria da Literatura no Brasil**. S.d.
- VERÍSSIMO, José. **Estudos Brasileiros** (1877-1885). Pará: Editores Tavares Cardoso & C.^a Livraria Universal, 1889.
- _____. **Primeiras Páginas**. Belém: Typographia Guttemberg, 1878.

⁶ Conferir Barbosa, 1974, p. 96.